



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

ATA nº 40 - CONSELHO PREVIDENCIÁRIO de 21/10/2025 - Ata de Reunião extraordinária do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, situado à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro nº 293, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, realizada aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de 2025, através do aplicativo Zoom, no horário de 18:30 horas. Presentes todos os membros, a reunião teve início com o Presidente do Instituto informando aos conselheiros que a presente reunião foi convocada para que o conselho possa analisar, discutir e deliberar sobre o estudo de viabilidade econômica, informando, ainda, que tal estudo foi elaborado pelo economista Emanuel Jung Pijack, da empresa Agenda Assessoria, registrado no CORECON nº 2116 da 14ª Região/MT, cujo objetivo é comprovar tecnicamente a viabilidade econômica da implantação da modalidade de investimento em empréstimo consignado no âmbito do Instituto. Destacou que essa iniciativa integra o plano de governo do Exmo. Sr. Prefeito, e que toda a equipe do Instituto vem trabalhando com empenho e responsabilidade para viabilizar a criação desse programa de empréstimo consignado. Ressaltou, ainda, que a finalidade principal é oferecer melhores condições aos servidores públicos, ampliando o caráter social das ações do Instituto, uma vez que, pela primeira vez na história, o servidor poderá ter acesso a recursos próprios sem se tratar de aposentadoria ou pensão. O Presidente reconheceu que o processo é complexo e exige cuidado, mas assegurou que todas as etapas estão sendo conduzidas de forma técnica, legal e transparente. Mencionou ainda que, em uma análise inicial, observou que a taxa sugerida no estudo (1,75% a.m. ou 23,14% a.a.) ficou alta, prejudicando a competitividade, atratividade do projeto, o que poderá ser objeto de reavaliação pelo Conselho Previdenciário, com vistas a garantir o equilíbrio entre sustentabilidade financeira e finalidade social do programa. Por fim, ressaltou que cabe ao Comitê realizar a análise técnica do estudo, verificando a viabilidade da modalidade dentro da política de investimentos, considerando os princípios de segurança, rentabilidade e diversificação. Tal estudo foi enviado previamente a reunião, aos membros do Conselho Previdenciário para leitura e avaliação, mas em complemento a isto solicitou, então, ao membro e gestor de recursos Patríc que realizasse a leitura dos principais do estudo, para que todos os presentes tomassem ciência de seus principais pontos e conclusões. Os pontos principais do estudo são: O estudo destaca **três réguas de referência principais** utilizadas pelo economista para avaliar a viabilidade: 1) **Meta Atuarial**: 10,31% ao ano (composta por juros de 5,14% + IPCA de 5,17%); 2) **CDI**: média de 13,01% ao ano; 3) **Selic**: 15% ao ano. Segundo o estudo, a **rentabilidade líquida projetada do consignado é de 17,64% ao ano**, superior às três referências acima. Os custos totais da operação (taxa de administração, fundo garantidor e custos operacionais) somam **5,50% ao ano**, resultando em uma **taxa de juros bruta de 23,14% ao ano**, equivalente a **1,75% ao mês**. (taxa recomendada pelo economista). O economista conclui que a modalidade de empréstimo é **viável, rentável e segura**, desde que revisada periodicamente conforme as variações da Selic e do IPCA. O estudo ressalta que adotar taxa inferior à proposta pode gerar questionamentos pelos órgãos de controle, especialmente o TCE-RJ. No referido estudo consta, ainda, que a empresa contratada por licitação cobrará taxa de administração e diversos serviços englobando jurídico, contábil, sistema, TI, atendimento, estrutura, divulgação, suporte ao cliente, estudo de viabilidade econômica, estudo atuarial, seguro prestamista, fundo garantidor e fundo de oscilação de risco entre outros, totalizando 5,50% ao ano; Pelo gestor do fundo, como sabemos que a taxa de administração da empresa é de 4,80 % a.a. então o fundo garantidor e oscilação de risco representam cerca de 0,70%, totalizando 5,50%; A rentabilidade líquida para o Instituto é de 17,64% ao ano. Explicou ainda que o produto é de baixo risco, pois as parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento, com inadimplência estimada em 0,5%, coberta pelo fundo garantidor. No estudo houve apresentação de comparativos com 4 fundos de pensão e 2 RPPS que são: Fundos de Pensão (Funpresp, Previ, Petros e Valia) – rentabilidade líquida entre 15% e 17%; Outros RPPS (Tangará da Serra e Várzea Grande/MT) – rentabilidade entre 10,94% e 11,25% até setembro de 2025; Além disso foi apresentado **Taxas de Bancos Comerciais** – variando entre **2,1% e 3,2% ao mês**, o que mostra que a taxa de 1,75% proposta é **abaixo da média de mercado**. Após a leitura do relatório os membros ficaram cientes de todo o relatório sendo evidenciado os pontos mais importantes, e sem seguida se puseram a tirar dúvidas e debater. Quanto a análise do Comitê de Investimentos, os membros tomaram ciência do estudo de viabilidade econômica realizando a reunião que consta na ata extraordinária, também convocada pelo Presidente do Instituto, do dia 20/10/2025 (segunda-feira), onde a deliberação foi a seguinte: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

II – CONCLUSÃO DO COMITÊ: Após a leitura do estudo de viabilidade emitido pela empresa Agenda Assessoria e debates, os membros decidiram pela viabilidade do empréstimo consignado como uma ferramenta de investimento no Instituto que pode contribuir para o atingimento da meta atuarial visto que é um investimento de previsibilidade e



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

crescimento contínuo mantendo também diversificação dentro mercado financeiro e que as questões relativas a alguns acertos a serem realizados no estudo como a abertura ou separação do taxa de administração do fundo garantidores e de oscilação de riscos e menção sobre fontes do estudo não alterariam o resultado do estudo em si, que poderia ser anexado a fundamentação teórica até como um anexo ficando o Instituto responsável para tal, sendo possível o encaminhamento para o Conselho Previdenciário que poderá avaliar e decidir sobre a taxa praticada. A conselheira Ana Beatriz indagou se o comitê de investimentos chegou a ponderar sobre a taxa a ser aplicada, obtendo como resposta pelo Gestor de Recursos que os mesmos somente atestaram quanto ao estudo de viabilidade econômica e que não discutiram sobre a taxa a ser aplicada, tendo em vista ser uma prerrogativa do Conselho Previdenciário. Após as considerações do Conselho Previdenciário, o Presidente Cláudio Duarte, ressaltou que considerando o caráter social do projeto, considerou a taxa proposta pela empresa como alta e que isto poderia dificultar o projeto, pois além da rentabilidade, deve considerar o impacto positivo para os servidores endividados e o caráter social pois trata-se de um investimento diferente, sendo assim determinou ao gestor de recursos que pudesse estudar e avaliar se seria possível ter um taxa inaugural um pouco menor, sem comprometer a rentabilidade do Instituto e o atingimento da meta atuarial. O gestor de recursos, Patrício Vasconcellos, cumprindo a determinação da Presidência, realizou o estudo, apresentando ao Conselho Previdenciário como se segue:XX

1. OBJETIVO - A finalidade, com base exclusiva no Estudo de Viabilidade Econômica – Revisão 17/10/2025, a adequação técnica e atuarial da taxa de juros de 1,60 % ao mês (≈ 21,00 % a.a.) nas operações de crédito consignado do MACAEPREV, assegurando rentabilidade compatível com a meta atuarial de 10,31 % a.a. e com as normas da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022.

2. FUNDAMENTO LEGAL E PARÂMETROS

- Resolução CMN nº 4.963/2021 – exige segurança, liquidez e rentabilidade compatíveis com a meta atuarial;
- Portaria MTP nº 1.467/2022 – determina a apresentação de estudo técnico e parecer prévio;
- Política Anual de Investimentos – 2025 (MACAEPREV) – define prudência, diversificação e transparência como diretrizes obrigatórias.
- Portaria MTP nº 2010/2025 - fixou taxa de juros de referência para as avaliações atuariais de 2026 – base 2025

$$\text{Meta} = \text{IPCA}_{12m} + 5,14\% - 5,17\% + 5,14\% - \boxed{10,31\%a.a.}$$

Análise: Fundamentação legal correta e metodologia atuarial coerente com a utilizada no estudo original.

Observações: O IPCA considerado no estudo é de 5,17% que é o dos últimos 12 meses, sendo que o Boletim Focus tem previsão de 4,72% ao final de 2025 conforme mencionado no próprio estudo.

3. HISTÓRICO MACROECONÔMICO (2000–2024)

Abaixo temos um quadro que nos traz as métricas utilizadas pelo Economista do estudo que balizaram esta análise que são o CDI, a SELIC, IPCA e nossa meta atuarial organizados por ano desde a criação do Instituto.

Ano	CDI (%)	Selic (%)	IPCA (%)	Ganho Real CDI – IPCA (p.p.)
2000	17,33	17,43	5,97	11,36
2001	17,27	17,32	7,67	9,60
2002	19,09	19,17	12,53	6,56
2003	23,28	23,35	9,30	13,98
2004	16,17	16,25	7,60	8,57
2005	19,00	19,05	5,69	13,31
2006	15,05	15,08	3,14	11,91
2007	11,82	11,88	4,46	7,36
2008	12,37	12,48	5,90	6,47
2009	9,90	9,93	4,31	5,59
2010	9,74	9,78	5,91	3,83
2011	11,59	11,62	6,50	5,09



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

4 Ativos em comparação



Gráfico de Rentabilidade



Última atualização 31/10/2025.

Fonte: Site Mais Retorno

A volatilidade do CDI e da Selic no período 2000–2024 reforça a atratividade do consignado, que oferece retorno previsível e não indexado a variáveis de mercado.

O quadro abaixo evidencia um outro olhar que mostrar nos últimos onze anos quais foram os anos em que a meta atuarial do Macaeprev esteve acima da rentabilidade proposta que é de 15,50 % a.a. Os anos foram 2015 e 2021 onde os eventos são crise e impeachment de Dilma Rouseff e a Pandemia do Coronavírus, fora estes dois eventos adversos, não houve meta maior que 15,50% a.a.

VARIÁVEL	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
META ATUARIAL (Índice + Juros)	12,8	17,3	12,68	9,12	9,98	10,57	10,79	16,66	12,13	9,87	10,09
RENTABILIDADE DE ACUMULADA DA CARTEIRA	10,54	10,96	16,53	11,47	9,65	13,17	6,19	0,98	8,06	13,99	9,49
PERCENTUAL DE COBERTURA DA META ATUARIAL (%)	82,34	63,35	130,36	125,77	96,69	124,60	57,37	5,88	66,45	141,84	94,05
IPCA a.a.	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06	5,74	4,62	4,83
CDI a.a.	10,81	13,23	14,00	6,95	6,42	5,97	2,77	4,40	12,37	13,05	10,87
IBOV a.a.	-2,91	-13,31	38,93	26,86	15,03	31,58	2,92	-11,93	4,69	22,28	-10,36
META SELIC a.a.	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75	12,25

Talvez este seja o gráfico mais importante que é a comparação de todas as régua que constam no estudo de viabilidade econômica. O Ibovespa foi colocado apenas para comparação mas nem de longe se compara ou tem relação com os índices aproximados de renda fixa tendo características muito diferentes. Nos últimos 11 anos temos as seguintes conclusões, a linha

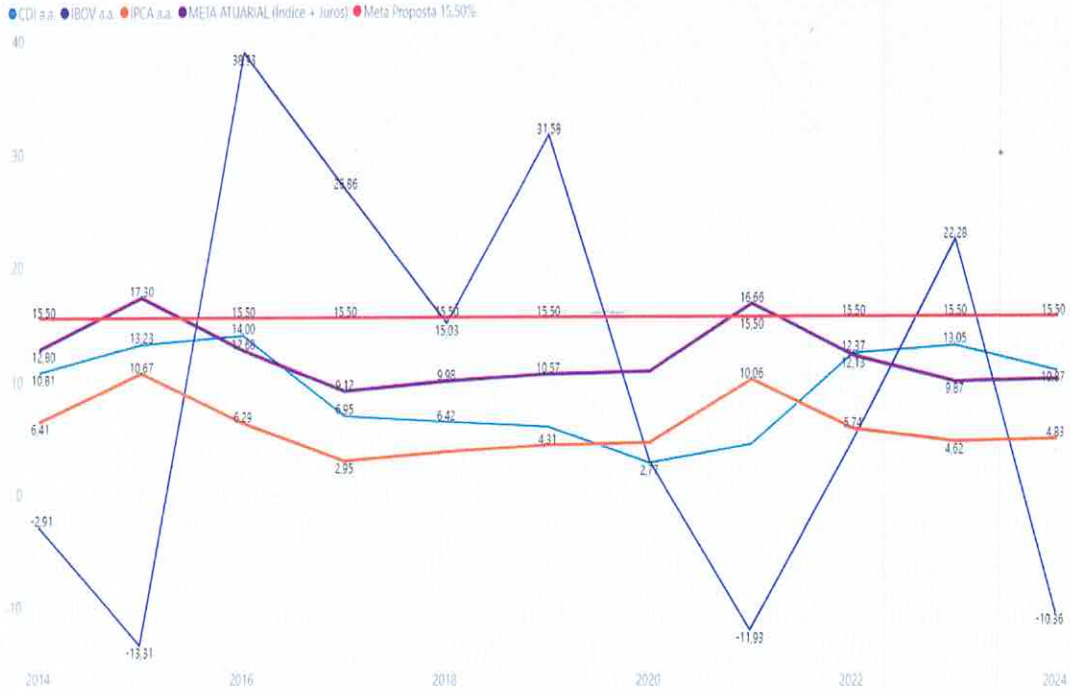
Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including names like 'Auk', 'McLouze', and 'Rouseff'.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

vermelha é a linha da rentabilidade proposta de 15,50% a.a. e está superior a todas as métricas utilizadas no estudo que são IPCA a.a. CDI a.a. META ATUARIAL a.a. e a SELIC atual que está em 15,00%a.a.

Evolução Histórica dos Principais Índices Econômicos e da Meta Proposta do MACAEPREV (2014–2024)



O Gestor de Recursos analisou que o ganho real médio de 5,92 p.p. acima da inflação confirma que a **rentabilidade líquida projetada de 15,50 % a.a.** assegura um ganho real superior em **+9,58 p.p.** ao histórico nacional, atendendo plenamente à exigência atuarial de preservar o poder de compra e gerar excedente previdenciário. Pode se observar que a média da nossa meta atuarial considerando os últimos 11 anos (2014 a 2024) é de 12,00% a.a. Olhando para um futuro que temos disponível, que é o ano que vem, ainda sobre meta de acordo com o estudo atuarial de 2025 – base 2024 que evidenciou “*Nos Fluxos Atuariais da presente avaliação atuarial (data-base dezembro de 2024), o valor obtido para a duração do passivo do Fundo em Capitalização foi de 16,3 anos, referência que servirá à determinação da taxa parâmetro para o próximo exercício, bem como à base para os cálculos envolvendo as variações admissíveis em eventual plano de amortização do déficit atuarial.*”

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature in the center and several smaller ones on the left and right sides.



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário**

Pontos da duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para as avaliações atuariais dos RPPS dos seguintes exercícios:			
	2023	2024	2025	2026
1,00	2,09	2,72	3,53	4,56
1,50	2,48	3,04	3,62	4,66
2,00	2,86	3,32	3,73	4,73
2,50	3,17	3,54	3,84	4,79
3,00	3,41	3,71	3,94	4,85
3,50	3,60	3,85	4,03	4,90
4,00	3,75	3,97	4,12	4,95
4,50	3,87	4,07	4,19	5,00
5,00	3,96	4,15	4,26	5,04
5,50	4,05	4,22	4,32	5,08
6,00	4,12	4,29	4,38	5,12
6,50	4,18	4,34	4,43	5,15
7,00	4,23	4,39	4,47	5,18
7,50	4,28	4,44	4,52	5,21
8,00	4,33	4,48	4,56	5,24
8,50	4,36	4,52	4,59	5,26
9,00	4,40	4,55	4,63	5,29
9,50	4,43	4,58	4,66	5,31
10,00	4,46	4,61	4,68	5,33
10,50	4,49	4,64	4,71	5,35
11,00	4,51	4,66	4,74	5,37
11,50	4,53	4,68	4,76	5,38
12,00	4,56	4,71	4,78	5,40
12,50	4,58	4,73	4,80	5,41
13,00	4,59	4,75	4,82	5,42
13,50	4,61	4,76	4,84	5,44
14,00	4,63	4,78	4,86	5,45
14,50	4,64	4,79	4,87	5,46
15,00	4,66	4,81	4,89	5,47
15,50	4,67	4,82	4,90	5,48
16,00	4,68	4,84	4,91	5,49
16,50	4,70	4,85	4,93	5,50

Baseado na publicação da **PORTARIA MPS Nº 2.010, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025** que altera a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 ficou estabelecido os juros de 5,49% para os institutos que estiverem na faixa de 16,00 a 16,49 anos de duração de passivo, que é o nosso caso. Então nossa meta está estimada em IPCA + juros de 5,64% (taxa da portaria + 1 ano de atingimento de meta 0,15%) para o ano de 2026 – base 2025, ou seja, considerando o IPCA de 5,17% estará em 10,81% a.a. Então, olhando para o futuro disponível que nós temos, vislumbramos que a rentabilidade líquida proposta de 15,50% a.a. também é muito superior a meta atuarial estimada para o ano que vem de 10,81% a.a., ou seja, é o mesmo que dizer que parte da carteira alocada nesta modalidade de investimento estaria com a meta superada em 143,38 %a.a., patamar não alcançado anteriormente nesta gestão.

4. ESTRUTURA DA TAXA PROPOSTA

Componente	Percentual Anual	Finalidade
Taxa bruta (1,60 % a.m.)	21,00 % a.a.	Receita total
Custos operacionais	4,80 %	TI, plataforma e suporte operacional
Fundo de Oscilação de Risco (FOR)	0,70 %	Cobertura de inadimplência
Rentabilidade líquida MACAEPREV	15,50 % a.a.	Resultado líquido previdenciário

Análise: Estrutura transparente e prudente; o custo total (5,50 %) é compatível com a média nacional dos RPPS que operam consignado. O Fundo de Risco, de 0,70 %, mantém folga de segurança adequada para absorver variações na inadimplência e o saldo do FOR (Fundo de Oscilação de Risco) ao fim do ano ultrapassaria R\$ 670 mil, suficiente para absorver choques pontuais.

5. SIMULAÇÕES FINANCEIRAS (DADOS DO ESTUDO)

Indicador	Valor / Resultado
Taxa bruta	1,60 % a.m. (21,0 % a.a.)
Custos totais	5,50 % a.a.
Rentabilidade líquida	15,50 % a.a.
Meta atuarial 2025	10,31 % a.a.
Excedente sobre meta	+5,19 p.p.

Fonte: Estudo de Viabilidade

[Handwritten signatures and initials in blue ink are present throughout the page, including 'Acet', 'J', 'Dunk', 'Paulo', 'Melo', and 'Melo'.]



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

Análise: O estudo projeta retorno líquido robusto e sustentável. O Fundo de Risco (≈ R\$ 670 mil/ano) garante estabilidade operacional e financeira.

6. COMPARATIVO ENTRE RPPS MUNICIPAIS

RPPS / Município	Rentabilidade (jan-set/25)	Projeção Anual (a.a.)
SERRAPREV (ES)	11,25 %	≈ 15,3 %
PREVIVAG (MG)	10,94 %	≈ 14,8 %
Média RPPS comparáveis	11,10 %	≈ 15,0 %
MACAEPREV (proposta)	—	21,0 % bruto / 15,5 % líquido

Fonte: Estudo de Viabilidade

Hoje
As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta.
Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar
o conteúdo dessas conversas. Clique para saber mais.



+55 91 8228-3499

Emprestimo Consignado BELEMPREV

Conta comercial • Empresa cadastrada desde novembro
2014

Bloquear

Bom dia, me chamo Renata, tudo bem? Taxa de 1,75% 00:11

Fonte: Pesquisa no atendimento da Instituição

Fonte: BELEMPREV – Taxa de 1,75 % a.m. equivalente a 23,14% a.a.

Análise: A rentabilidade líquida do MACAEPREV (15,5 %) supera a média dos RPPS e mantém coerência com práticas previdenciárias de retorno prudente.

7. FUNDOS DE PENSÃO (EFPCs) – DADOS DO ESTUDO

Entidade	Carteira (R\$ bi)	Participação Ativos (%)	Taxa Média Juros (% a.a.)	Rentab. Líquida (% a.a.)	Inadimplência (%)
Funpresp	2,5	8,5	20,0	15,0	0,5
Previ	7,0	9,0	19,0	16,0	0,1
Petros	3,8	10,0	21,0	17,0	0,3
Valia	1,7	8,0	20,0	17,0	0,3

Média taxa de 20 % a.a. e Rentabilidade Líquida média de 16,25% a.a.

Análise: A rentabilidade líquida projetada de 15,50 % a.a. está entre a praticada pelos maiores fundos de pensão nacionais (intervalo de 15 a 17% a.a.), garantindo competitividade e segurança atuarial.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

8. COMPARATIVO COM BANCOS (DADOS DO ESTUDO)

BANCO	Mensal (%)	Anual (%)
ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,8	23,8
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,81	24,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,84	24,51
BCO DO BRASIL S.A.	1,97	26,42
BANCO GENIAL	2,63	36,5

Fonte: [Taxa de juros \(taxas anuais\)](#)

Análise: A taxa do MACAEPREV é cerca de 24 % inferior à média bancária, equilibrando função social e retorno previdenciário. O quadro abaixo foi extraído do Site oficial do Banco Central e representa a taxa média praticada considerando todo o território nacional que pode variar de estado para estado e de cidade para cidade e até mesmo de cliente para cliente, não se constituindo um percentual fixo e servindo apenas como referência.

Posição	Segmento	Modalidade	Instituição Financeira	Taxa a.m.	Taxa a.a.
1	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO ALFA S.A.	1,54	20,11
2	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	1,55	20,20
3	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO ARBI S.A.	1,55	20,21
4	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	NU FINANCEIRA S.A. CFI	1,56	20,34
5	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	FINANC ALFA S.A. CFI	1,56	20,46
6	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	MIDWAY S.A. - SCFI	1,61	21,11
7	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO INTER	1,61	21,15
8	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	1,65	21,63
9	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO SAFRA S.A.	1,65	21,70
10	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO BRADESCO S.A.	1,66	21,80
11	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO C6 CONSIG	1,70	22,38
12	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BRB - CFI S/A	1,70	22,40
13	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCOSEGURO S.A.	1,70	22,48
14	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DO EST. DO PA S.A.	1,72	22,64
15	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO AGIBANK S.A.	1,73	22,90
16	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO BANESTES S.A.	1,73	22,91
17	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,76	23,22
18	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	PARANA BCO S.A.	1,79	23,72
19	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO SICOOB S.A.	1,79	23,73
20	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,80	23,84
21	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO DIGIO	1,82	24,11
22	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,82	24,16
23	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,82	24,23
24	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	PICPAY BANK - BANCO MÚLTIPLO S.A	1,83	24,36
25	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	SANTINVEST S.A. - CFI	1,88	24,98
26	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO INBURSA	1,88	25,11
27	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO BMG S.A.	1,90	25,33
28	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DO BRASIL S.A.	1,96	26,30
29	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,97	26,41
30	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO BARI S.A.	1,99	26,67
31	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	COMPREV CFI S.A.	2,10	28,34
32	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO PAN	2,11	28,48

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Jorge', 'Gub', 'Melo', and 'Muniz']



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

33	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DAYCOVAL S.A	2,13	28,81
34	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	GAZINCRED S.A. SCFI	2,13	28,81
35	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	SIMPALA S.A. CFI	2,19	29,67
36	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DO EST. DE SE S.A.	2,19	29,71
37	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	2,41	33,15
38	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	FACTA S.A. CFI	2,58	35,77
39	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BANCO GENIAL	2,66	37,01
40	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO SENFF S.A.	2,85	40,04
41	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO DIGIMAS S.A.	3,39	49,22
42	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	BCO PAULISTA S.A.	3,82	56,88
43	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	QISTA S.A. CFI	3,95	59,25
44	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	LECCA CFI S.A.	4,31	65,84
45	PF	Créd. pessoal - publico - prefixado	VALOR S/A SCFI	6,65	116,54

A taxa do Macaeprev estaria muito bem posicionada estando abaixo da média nacional que é de 2,17% a.m. ou 29,38% a.a.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Tipo de Risco	Grau	Mitigação
Crédito	Baixo	Desconto em folha + Fundo de Risco 0,7 %
Mercado	Moderado	Revisão anual da taxa
Liquidez	Muito Baixo	Fluxo previsível de recebimento
Operacional	Controlável	Sistema automatizado
Atuarial	Baixo	Folga de +5,19 p.p.
Institucional	Muito Baixo	Taxa inferior à média bancária

Análise: Estrutura de risco adequada e conservadora. Perfil de risco classificado como **baixo**, compatível com a natureza do RPPS.

10. CONCLUSÃO E POSICIONAMENTO

Após análise detalhada do Estudo de Viabilidade Econômica – Revisão 17/10/2025, e considerando as premissas financeiras, atuariais e operacionais apresentadas, manifesto-me favoravelmente à implantação gradual da taxa de juros inicial de 1,60 % ao mês (aproximadamente 21,0 % a.a.), estruturada com custos operacionais de 4,80 % a.a. e reserva técnica de risco de 0,70 % a.a., o que resulta em rentabilidade líquida estimada para o Instituto de 15,50 % ao ano. Outro aspecto relevante é que, nas operações de crédito consignado, a previsibilidade do retorno é elevada, uma vez que não há exposição à volatilidade de índices como o IPCA ou o CDI, garantindo estabilidade aos fluxos de receita do Instituto. Ressalto, ainda, que embora o limite operacional autorizado seja superior a R\$ 508 milhões, é improvável que a totalidade desse montante seja efetivamente emprestada, dado o comportamento histórico da demanda e a política prudencial de concessão. Essa taxa supera a meta atuarial vigente de 10,31 % (IPCA 5,17 % + 5,14 %), a maioria das metas dos últimos 11 anos, a média das metas atuariais posicionada em 12,00 % a.a. e a estimada para o ano que vem de 10,81%, garantindo equilíbrio entre sustentabilidade previdenciária e função social da operação, conforme os parâmetros exigidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022. Entendo que a implantação deverá ocorrer de forma gradual, com acompanhamento mensal dos resultados e da performance da carteira, sob supervisão do Comitê de Investimentos e do Conselho Previdenciário, permitindo ajustes tempestivos e garantindo transparência nos resultados. Entendo, que a fixação de taxa muito superior à proposta poderia comprometer a natureza social do investimento, que se fundamenta na oferta de crédito consignado a servidores com taxas justas e rentabilidade suficiente para o Instituto, sem prejuízo do atingimento da meta atuarial. O município de Macaé, atualmente classificado com índice CAPAG "A", aliado às certificações CRP ativo e nível II do Pró-Gestão RPPS e ISP "A" alcançados por esta gestão do Macaeprev, oferecem condições institucionais sólidas e previsibilidade de fluxo de caixa contínuo, que asseguram a viabilidade operacional do programa dentro dos princípios de segurança, liquidez e rentabilidade exigidos para as aplicações dos regimes próprios de previdência. Dessa forma, entendo tecnicamente adequada a aprovação da taxa de 1,60 % ao mês, com revisão anual obrigatória em função dos indicadores econômicos e do comportamento efetivo da carteira, consolidando um modelo que une responsabilidade previdenciária, retorno financeiro e compromisso social com os servidores.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Previdenciário

Nota Técnica: Este posicionamento reflete análise técnica fundamentada em dados do Estudo de Viabilidade Econômica – Revisão 17/10/2025 emitido pelo economista Emanuel Pijack, publicações oficiais (BACEN, IBGE, ANBIMA e site Mais Retorno) e normativos vigentes até outubro de 2025. As conclusões aqui expressas visam subsidiar deliberação colegiada do Conselho Previdenciário, conforme preceitos da boa governança do Regime Próprio de Previdência Social, configurando como sugestão para encontrar um equilíbrio entre viabilidade da implantação do empréstimo consignado sem comprometer a rentabilidade e o atingimento da meta atuarial do Instituto e constitui apenas uma sugestão para deliberação deste Conselho que detém a soberania da atribuição para tal. Após a explanação do Gestor de Recursos, a Conselheira Juliana declarou que estava tendente a acatar a taxa sugerida no estudo de viabilidade econômica, porém, diante da análise do gestor de recursos, entende que é possível que seja estabelecida a taxa de 1,60%, considerando o caráter social, bem como o fato de que o rendimento ficará acima da taxa Selic. A Conselheira Ana Beatriz acompanhou a justificativa da conselheira Juliana, declarando que a análise trazida ao conselho pelo gestor de recursos demonstrou que o retorno será garantido, e, ainda, atenderá ao caráter social, sem perder de vista o objetivo do instituto que é garantir rentabilidade com a segurança devida. A conselheira Adriana disse que antes da análise pelo gestor de recursos estava com receio de opinar sobre uma taxa menor que a sugerida no estudo de viabilidade, porém, após a fala do gestor de recursos entendeu que os interesses do instituto estarão mantidos e que adoção da taxa de 1,60% a.m. será uma ótima opção. O Conselheiro Gildomar disse que de tudo o que foi falado, ficou bem claro que o instituto manter a situação financeira em dia. O conselheiro disse, ainda, que muitos servidores dirão que a taxa de 1,60% ficou alta, porém, entende que esta taxa foi estabelecida obedecendo de forma rigorosa o objetivo do instituto e que atenderá ao caráter social. Pela Conselheira Carla foi dito que a explanação do gestor de recursos tirou todas as dúvidas, permitindo opinar com segurança quanto a taxa de 1,60%. O presidente do conselho, Aristófanes Quirino parabenizou o gestor de recursos e o presidente do instituto por todo o esforço empenhado para a conclusão, declarando que após a sua fala, está com a segurança devida para opinar quanto à taxa de 1,60% a.m. A Conselheira Michelle iniciou sua fala agradecendo ao gestor de recursos e ao presidente do instituto por todo o empenho e dedicação para que chegássemos a um denominador comum e após a apresentação do estudo técnico e considerações do gestor de recursos, de igual forma considerou que a taxa de 1,60% atenderá ao caráter social, sem perder de vista a segurança do instituto e que beneficiará a ambas as partes. A conselheira Quelen de igual forma parabenizou ao gestor de recursos, bem como o presidente pela dedicação e esforço empenhado em propiciar todos os meios necessários para que chegássemos à conclusão desse trabalho, sendo certo, que tal medida irá gerar benefícios para o servidor, ainda que não seja da forma esperada pela maioria. Após as manifestações exaradas, por unanimidade, o Conselho decidiu pela adoção da taxa de 1,60% a.m. para os empréstimos consignados. Pelo membro e Presidente, **Cláudio Duarte** foi dito que agradece o empenho deste órgão colegiado neste projeto. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às vinte horas e trinta minutos, tendo a ata sido lavrada por mim, lida e assinada por todos os presentes.

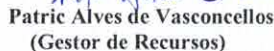
CONSELHO PREVIDENCIÁRIO:


Adriana Karina Dias


Aristófanes Quirino dos Santos
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas
Matr. 6387


Cláudio de Freitas Duarte


Juliana Ribeiro Tavares


Patric Alves de Vasconcelos
(Gestor de Recursos)


Ana Beatriz R. C. Erlichelli de Souza


Carla Mussi Ramos


Gildomar Camara da Cunha


Michelle Crozoé de Souza


Quelen Cristina dos Santos Soares Rezende